



207  
S

**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 246.163-2**

**APELANTE: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**

**APELADO: ANTONIO BARBOSA DE BRITO**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO PRÊMIO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL NÃO ACOLHIDA. CONTRATO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A existência de vínculo jurídico entre as partes não se trata de questão preliminar, mas sim objeto de análise meritória. Preliminar não acolhida;

2. Não havia razão para o recebimento de prestação referente a contrato no qual o apelante não tinha interesse em cobrir os riscos a ele relacionados. Admitir o contrário fulminaria a máxima da boa-fé. Tal conduta haveria de ser enquadrada como um verdadeiro *venire contra factum proprium* (atentar contra fato próprio), que é vedado pelo direito brasileiro;

3. Recurso improvido.

### **ACÓRDÃO**

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento a Apelação Cível nº 246.163-2, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife/PE, 18 de *maio* de 2013.

*Roberto da Silva Maia*  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



195  
SR

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 246.163-2**

**APELANTE: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**

**APELADO: ANTONIO BARBOSA DE BRITO**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível interposta contra sentença proferida pelo douto Juízo da 15ª Vara Cível da Capital em sede de Ação de Cobrança de Seguro proposta por Antônio Barbosa de Brito em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Affini Neto Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. e Antônio Carlos Affini Junior diante da negativa de cobertura de seguro de automóvel.

Na referida sentença, foram julgados procedentes os pedidos do autor, condenando o réu ao pagamento do prêmio do seguro devido ao furto do veículo segurado e, ainda, ficou determinada a exclusão dos corretores demandados Affini Neto Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. e Antônio Carlos Affini Junior por ilegitimidade passiva *ad causam*.

Aduz a apelante, em preliminar, a inépcia da exordial diante da inexistência de contrato de seguro válido em face da informação inverídica oferecida pelo apelado quanto ao tipo de combustível do automóvel, não havendo, assim, direito ao recebimento de indenização.

No mérito, se volta contra o dispositivo 766 do Código Civil, que exime a seguradora da responsabilidade que lhe caberia no caso de haver declarações inexatas ou omissão de circunstâncias que possam influenciar na aceitação da proposta ou taxa do prêmio.

di



196  
89

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Por fim, pede que, caso o entendimento se mantenha, sejam abatidas as prestações remanescentes quando do sinistro e o desconto do reajuste pela diferença no prêmio relativo ao kit gás supostamente não informado, além da transferência dos salvados para a seguradora.

Nas contrarrazões, o apelado justifica-se afirmando ter havido a vistoria pela seguradora, inclusive com a apresentação do documento do veículo, no qual consta como combustível tanto gasolina, quanto GNV. E, ainda, que foi entregue à seguradora, à época do furto, a documentação motivada pela perda total do veículo, cabendo à seguradora dar baixa no veículo junto ao DETRAN/PE.

É o que importa relatar.

Remetam-se os autos à pauta de julgamento independentemente de revisão.

Recife/PE, 21 de fevereiro de 2013.

**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



204  
SP

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 246.163-2**

**APELANTE: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**

**APELADO: ANTONIO BARBOSA DE BRITO**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO PRELIMINAR**

**(i) Da Inépcia da Inicial.**

Argumenta o recorrente que a ação merece ser extinta sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, I, do Código de Processo Civil, em virtude da inépcia da petição inicial pela ausência de causa de pedir. Sustenta suas razões no fato de que não existe vínculo jurídico entre as partes, em virtude da ausência de uma proposta de contrato de seguro aceita pelo ora apelante. Informa que a celebração do seguro em questão não se formalizou por culpa exclusiva do apelado, que forneceu informações inverídicas à seguradora, especialmente quanto à existência de kit de gás no veículo sinistrado.

Vejamos.

Compulsando os autos e analisando os documentos nele colacionados, concluo ser indispensável, inicialmente, rejeitar a preliminar ventilada pelo apelante.

Extrai-se dos autos, às fls. 11/12, a proposta de seguro de automóvel onde consta, como proponentes, apelante e apelado, o que demonstra, por si só, a existência indiciária de vínculo jurídico entre as partes.

Impende ressaltar, ainda, que o argumento do apelante sobre a ausência de contrato não merece atenção por ser de praxe nesses negócios que a apólice do seguro, isto é, o contrato propriamente dito, somente seja entregue ao segurado

af



202  
SP

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

posteriormente à efetivação do seguro. Não significa, porém, que o contratante esteja alheio ao que foi contratado.

Ademais, o ponto fulcral desta ação é exatamente a validade ou não da mencionada proposta e se esta, à época do sinistro, estava apta a gerar direitos e obrigações para as ambas as partes. Dessa forma, a existência de vínculo jurídico entre as partes não se trata de questão preliminar, mas sim objeto de análise meritória, que será discutida com maior profundidade seguidamente.

Sendo assim, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

É como voto.

Recife/PE, 19 de março de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



203  
SL

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 246.163-2**

**APELANTE: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**

**APELADO: ANTONIO BARBOSA DE BRITO**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

Entendo que não merecem guarida os argumentos trazidos pelo apelante, devendo-se manter incólume a sentença de 1º grau.

A controvérsia da lide, conforme destacado no voto preliminar, versa sobre a validade e vigência do contrato de seguro de automóvel celebrado entre as partes à época do sinistro.

Vejamos.

A celeuma da questão gira em torno da proposta de seguro de automóvel RCF-V e APP, de nº 57409F.226 012 019.3, gerada pela **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, ora apelante, em favor de **ANTÔNIO BARBOSA DE BRITO**, ora apelado, com o fito de cobrir o automóvel deste nos casos de colisão, incêndio e roubo/furto, colacionada às fls. 11/12 destes autos. Nela, atesta-se que o valor do prêmio totalizava R\$ 1.518,21 (mil quinhentos e dezoito reais e vinte e um centavos), parcelado através 04 (quatro) de cheques pré-datados no valor de R\$ 379,58 (trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) cada, vencendo-se o primeiro no dia 02/10/2007 e os demais sempre no mesmo dia dos meses subsequentes.

Tais cheques foram recepcionados pelo apelante e, como pode se observar nos extratos bancários de fls. 16, os dois primeiros cheques foram



204  
ST

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

compensados no dia 04/10/2007 e 05/11/2007, respectivamente, sendo este último liquidado dois dias antes da ocorrência do sinistro, datado de 09/11/2007.

Constatado o roubo/furto do veículo (sinistro), *vide* registro de queixa nº 8277/2007, às fls. 17, o apelado entrou em contato com a seguradora e obteve a informação de que o seguro havia sido cancelado, motivando-o a litigar em juízo.

Ora, a conduta do apelante em receber os cheques emitidos para pagamento do prêmio, compensá-los em sua conta, dando a sensação de quitação e segurança para o apelado, para em seguida, com a ocorrência de um sinistro, justamente quando este necessita da devida contraprestação, aquela, valendo-se de um subterfúgio (informação incorreta quanto ao tipo de combustível utilizado pelo veículo), nega-se a cumpri-la, fere o princípio da boa fé objetiva inerente aos contratos.

Não obstante ter a seguradora endereçado ao apelado carta tratando da rejeição do seguro, como aduz em sua contestação e razões do recurso, não ficou comprovado nestes autos a ciência inequívoca do segurado quanto ao conteúdo do documento ou mesmo que essa comunicação tenha se efetivado satisfatoriamente. Ademais, após a emissão da retro mencionada correspondência ao apelado, o apelante depositou a segunda parcela do contrato, comportando-se, no mínimo, de contraditoriamente.

De toda sorte, não havia razão para o recebimento de prestação referente a contrato no qual o apelante não tinha interesse em cobrir os riscos a ele relacionados. Admitir o contrário fulminaria a máxima da boa-fé. Tal conduta haveria de ser enquadrada como um verdadeiro *venire contra factum proprium* (atentar contra fato próprio), que é vedado pelo direito brasileiro. Senão vejamos:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. PEDIDO DO



205

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRÓPRIO RÉU. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM.

1. *omissis*.

2. Portanto, a ninguém é dado vir contra o próprio ato, sendo vedado o comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).

3. Ordem denegada.

(HC 121.308/MG, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2011, DJe 03/02/2012)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO INTEGRAL DO PREPARO DO RECURSO ESPECIAL EM OUTRO MANDAMUS. DECISÃO PUBLICADA NOS TERMOS EM QUE SOLICITADO PELOS ADVOGADOS SUBSCRITORES. PERDA DO PRAZO RECURSAL. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ART. 18 DA LEI N. 1.533/51. DECADÊNCIA DA IMPETRAÇÃO.

(...);

4. Não se admite, no direito processual brasileiro, o *venire contra factum proprium*;

(...);

6. Recurso ordinário não provido.

(RMS 29.356/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 13/10/2009)

Enfim, por mais legítimo que seja direito do apelante rescindir o contrato de seguro quando do fornecimento de informações inverídicas, o comportamento conflitante da seguradora acobertou o apelado pelo manto da presunção lógica de que o ato jurídico concluiu-se perfeito, posto que forneceu a este elementos suficientes de que lhe seria garantida a contraprestação.

Por fim, com relação ao pedido de transferência dos salvados, argumenta o apelante que o não acatamento deste pleito importaria em enriquecimento ilícito do apelado.

Em hipótese alguma tal pedido procede. E como poderia? Esquece o apelante que o sinistro é decorrente do furto do veículo? Que desde a data do





206

**Poder Judiciário****Tribunal de Justiça de Pernambuco****GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

sinistro não se tem ciência do paradeiro do bem? Ao que consta nos autos, o automóvel não foi localizado, não havendo, portanto, salvo algum a ser transferido para propriedade do recorrente.

Destarte, considerando a postura contraditória do apelante e à luz da segurança jurídica, tem-se que este, ao contrário do que alega em suas razões, de fato, compactuou com o apelado o referido contrato de seguro, razão pela qual, concluo pela sua plena vigência à época do sinistro.

Diante do exposto, meu voto é pelo não provimento da presente Apelação, mantendo incólume a sentença de 1º grau.

É como voto.

Recife/PE, 19 de *maio* de 2013.

**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator